

# A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções

The historiography of the Portuguese empire in the 1960s: institutional frames and projections

---

**Diogo Ramada Curto**

dcur@fcsh.unl.pt  
Investigador integrado CesNova  
Universidade Nova de Lisboa  
Av. de Berna, 26 C  
1069-061 - Lisboa  
Portugal

---

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um balanço da historiografia acerca do império português produzida em Portugal no século xx. No artigo buscam desenvolver-se dois argumentos. De um lado, o de que, desde os anos 1960, a universidade tendeu a monopolizar o campo intelectual português e a constituir-se como centro da produção historiográfica sobre o império ultramarino e, em especial, sobre a temática dos Descobrimentos. De outro, intenta-se refletir sobre esta institucionalização da produção de conhecimento e a maneira como esse processo acabou por construir um saber sobre o passado que não foi produzido de forma autónoma, mas sim sujeito a agendas e conotações de natureza política, que moldaram o recorte e seleção das fontes, bem como a constituição de temáticas e abordagens.

111

## Palavras-chave

Historiografia portuguesa; Portugal; Campo historiográfico.

## Abstract

The aim of the present article is to provide an evaluation of the historiography on the Portuguese empire as produced in Portugal in the twentieth century. I seek to develop two specific lines of reasoning. On the one hand, I affirm that since the 1960s, the academia tended to monopolize the Portuguese intellectual arena and to establish itself as the center of the historiography on the overseas empire, and, in particular, on the subject of overseas expansion. On the other, I intend to reflect on this institutionalization of knowledge production and on how this process eventually built a knowledge of the past that was not produced independently, but rather subordinated to agendas and political connotations that have shaped the clipping and selection of sources, as well as the constitution of different topics and approaches.

## Keywords

Portuguese historiography; Portugal; Historiographical filed.

---

Recebido em: 19/9/2012

Aprovado em: 3/10/2012

Qualquer balanço sobre a historiografia do império português nos últimos 50 anos debate-se com a questão da utilização política do passado. O ano de 1961 já assinala – com raras exceções – um momento de não-retorno no extremar das posições com o início da guerra de libertação de Angola, no primeiro trimestre, e a libertação de Goa, no mês de dezembro. Políticos e intelectuais interessados na história e provenientes de diferentes domínios escreveram sobre o passado, por vezes em relação a um período longínquo de cinco séculos, interpelando o presente. De facto, a história dos Descobrimentos, da Expansão, do império ou das antigas colónias definiu provavelmente o campo de maior intensidade, onde se determinou uma profusão de trabalhos por diferentes modos de politização. Ou seja, a história do império correspondeu a pontos de uma agenda política e, mesmo quando se procurou demarcar dela, reivindicando autonomia e capacidade de objetivação, acabou por nela se enredar. De qualquer modo, o argumento de carácter analítico que pretendo desenvolver não considera que a politização da história foi um dado novo dos anos 1960, pois estivera igualmente presente em configurações anteriores. A novidade desses mesmos anos – durante os quais encontramos uma genealogia de condições e de ideias que chega até nós –, há que procurá-la em duas ordens de fatores. Por um lado, nos acontecimentos que marcam a referida guerra, a começar, no que aos portugueses diz respeito, pela intensa militarização do Estado colonial. Por outro lado, numa alteração dos quadros mais institucionalizados da produção dos saberes relacionados com o império. Que tal passagem teve o carácter de uma mudança conjuntural ou mesmo estrutural, envolvendo uma cronologia que pode recuar à década de 1950, é uma afirmação que carece de demonstração.<sup>1</sup>

112

Noutro lugar, descrevi como é que se configurou o campo de estudos sobre a história do império no período posterior à Segunda Guerra Mundial (CURTO 2007, p. 107-113). Identifiquei, então, três grandes grupos capazes de definir áreas de atuação: primeiro, o dos eclesiásticos e missionários orientados para o estudo das práticas religiosas; segundo, o dos homens de ciência, cujo arquétipo se poderia encontrar na figura do oficial de marinha; e, por último, o dos universitários que, espalhados por diferentes instituições académicas, ainda estariam longe de ter assumido a condução mais dinâmica do campo de estudos em causa. Como se o “arquivo” colonial pudesse ser considerado transparente, em todas essas áreas se manifestou um enorme interesse pela publicação de documentos: das coleções organizadas pelos padres António Silva Rego, António Brásio e Basílio de Sá à recolha de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* (6 volumes, 1960). Paralelamente, assistiu-se a uma entrada, neste mesmo campo, de historiadores e cientistas sociais estrangeiros, bem como ao duplo movimento de emigração de alguns historiadores portugueses e de permeabilidade aos ensinamentos do que se considerava ser um novo modo de fazer a história, com base na construção de séries e de uma maior atenção concedida aos mares. A este panorama,

<sup>1</sup> Para a mesma relação entre ideologia colonial e produção de conhecimento, cf. HENRIQUES 1997, p. 18-19, 27-104.

acrescentaria agora que, no final dos anos 1950 e inícios da década de 1960, se formou uma nova configuração: a universidade, associada a uma série de instituições estatais, de programas comemorativos e tendo como sua expressão máxima as publicações de alguns centros de investigação, assumiu uma centralidade até então inédita; por sua vez, as editoras comerciais entraram no campo, criando, a partir das lógicas de mercado e de uma procura real, uma alternativa às iniciativas estatais; por último, multiplicaram-se os sinais de uma internacionalização da história, mau grado os atrasos e os bloqueios criados a nível oficial e institucional.

Compreender essa nova configuração, que deixou marcas evidentes até aos nossos dias, a ponto de podermos considerar que ainda fazemos parte dela, implicaria um conhecimento mais aprofundado de uma história social dos intelectuais portugueses que se encontra por fazer. A este respeito, há pelo menos três aspectos que futuras agendas de investigação deverão retomar. Primeiro: mesmo correndo o risco de ultrapassarmos os limites de uma história do império, será necessário verificar de que modo a institucionalização académica dos saberes tendeu a monopolizar a vida intelectual, impondo níveis de especialização e convenções que romperam com hábitos anteriores. Na história, nas ciências sociais e nas humanidades, um tal processo de monopolização universitária rompeu com sociabilidades dispersas pelos mais diversos círculos e pôs fim a formas de comunicação que tinham no ensaio um dos seus géneros privilegiados. Segundo aspecto: passou a ser decisivo o contributo das universidades e dos programas das instituições estatais no assegurar das condições de vida e de estabilidade financeira que permitiam assumir, à escala individual, um trabalho intelectual. Logo, os excluídos da academia – demitidos por motivos políticos, obrigados ao exílio, desempregados ou remetidos para ocupações consideradas menos prestigiantes, incluindo a categoria de professor de liceu – continuaram, na maioria dos casos, a gravitar em torno dos valores de consagração e dos modelos universitários. Porventura mais evidente, na formação de saberes e de formas de consciência anticoloniais, é o caso da literatura, da ficção à poesia, em que o papel em Lisboa da Casa dos Estudantes do Império revelou, até na formação de um discurso de resistência, a força da universidade através dos seus estudantes. Em terceiro e último lugar: uma história social dos intelectuais portugueses desde os anos 1960 terá de ultrapassar as divisões maniqueístas em que incorrem muitos dos discursos de combate, tanto dos mais ortodoxos, como dos que eram à época tidos como mais heterodoxos. Sobretudo, afigura-se necessário encontrar, no interior das instituições afectas ao regime, as figuras e os sinais, mesmo que raros, de dissensão; bem como atenuar os efeitos daqueles cujo conservadorismo pode ser confundido com uma qualquer visão aparentemente progressista; ou, ainda, identificar os que se reclamavam de um progressismo de princípio sem nunca conseguirem levar à prática esse espírito.

A enunciação de fatores e o estabelecimento de agendas para investigações futuras só podem ser feitos à luz da atuação concreta e do trabalho dos próprios historiadores. Uma seleção de algumas ocorrências tem valor indicativo da

nova configuração criada na década de 1960. Assim, em 1961, o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra de Armando Cortesão assinala a já referida centralidade da universidade. A sua formação de base tinha sido feita em Agronomia, e fora a partir de uma base científica que se afirmara, desde o primeiro quartel do século xx, como agente do pensamento modernizador nas colónias e um dos seus mais acérrimos defensores em âmbito internacional. Em S. Tomé, colaborou com Sacadura Cabral, em trabalhos de levantamento cartográfico e, a exemplo do seu mestre, transferiu, depois, para a investigação sobre a história da cartografia e da náutica os seus interesses. O reconhecimento da Universidade de Coimbra aconteceu na sequência da publicação da já citada coletânea cartográfica. Se, através dela, o objetivo político era justificar a presença de Portugal no mundo, velha de cinco séculos mas sempre associada à produção de conhecimentos científicos, o gesto da academia coimbrã não era o de simples correia de transmissão de um regime ditatorial. Por parte da universidade, tratava-se, sobretudo, de uma apropriação dos saberes científicos e coloniais ensaiados por um agrónomo e cientista, herdeiro e colaborador de oficiais da marinha. No ato do seu doutoramento, o facto de um dos oradores ter sido Luís de Albuquerque, de créditos firmados em matemática e história da ciência, à época já reconhecido pelas suas posições de esquerda, revela que a universidade se sentia autorizada a constituir a ciência como um campo autónomo, capaz de pairar acima dos seus usos políticos. No entanto, tal como sucedera no passado, Armando Cortesão não hesitou em percorrer o caminho oposto, pondo o seu prestígio e experiências – em situação colonial e nos foros internacionais – ao serviço da defesa do regime que já se encontrava envolvido numa guerra de libertação (CORTESÃO 1962, 1975, p. 179, 224-225).

114

Se um ato de consagração ocorrido na Universidade de Coimbra em 1961 é um traço de um processo de apropriação universitária da dimensão científica associada aos estudos de história da cartografia e da náutica, tem também a vantagem de evocar, a partir de um momento fundador e de um ritual de passagem, o recorrente uso político de um discurso científico associado aos Descobrimentos e à Expansão imperial. Assim, quando na década de 1990 encontrou em Luís de Albuquerque uma das suas fontes de credibilização, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses limitou-se a reproduzir a ideia de que a ciência associada ao império permitia articular história com modernização e, simultaneamente, era capaz de gerar consensos muito superiores a disputas ideológicas.

Mas nem por sombras se julgue que a universidade dos anos 1960, nos seus centros de maior dinamismo, se reduzia a Coimbra. Em Lisboa, o jovem Adriano Moreira sucedera a António Mendes Correia na direção da antiga Escola Colonial, que passou a atuar no interior de uma constelação de instituições, juntas e missões associadas às políticas ultramarinas, todas elas orientadas para a produção de um saber colonial. Como ele próprio veio a argumentar, foi com base nessa constelação de saberes e instituições que o ministro pretendeu pautar a sua atuação como subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e ministro do Ultramar. Se a formação jurídica de Moreira o levara a estudar o

sistema penitenciário em contexto colonial, talvez na mira de ser reconhecido no centro de maior prestígio dos saberes à época, a Faculdade de Direito de Lisboa, quando lhe foi vedada a entrada, acabou por mostrar uma permeabilidade, até então inédita nos círculos de juristas, às ciências sociais, história e psicologia – sobretudo quando estavam em causa usos práticos das mesmas em contexto colonial, incluindo ações psicológicas.

A ampla renovação universitária empreendida por A. Moreira conseguiu mobilizar recursos financeiros de monta. Em paralelo, assistiram-se a outras tentativas universitárias de renovação e aproximação às ciências sociais. Por exemplo, pela mesma altura, Adérito Sedas Nunes procurava, no âmbito da segunda arrancada do corporativismo, desenvolver investigações e promover a formação de uma nova geração de sociólogos e cientistas sociais. Orlando Ribeiro empreendia, no Centro de Estudos de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, um projeto paralelo de estudo da sociedade, prestando particular atenção às continuidades de uma sociedade tradicionalmente rural, mas envolvendo-se igualmente no estudo do Ultramar. Por último, no Instituto Superior de Agronomia, um pequeno grupo de economistas e sociólogos rurais, representado por Eugénio de Castro Caldas, desenvolvia os mesmos interesses recorrendo a outra linguagem e enfoque disciplinar. Se trago à colação todos estes casos é porque eles exemplificam uma espécie de bolsas de modernização protagonizadas publicamente pela universidade e centros financiados – os quais procuravam, através de uma aproximação às ciências sociais, a formação, mesmo que episódica, de consensos. A passagem, embora breve (motivos políticos levaram-no à demissão), de Vitorino Magalhães Godinho pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, dirigido por Adriano Moreira, constitui um dos exemplos do mesmo processo.

De facto, a experiência e os contactos internacionais de Godinho, tal como de Luís de Matos e Jorge Dias, suscitaram o interesse daquela que seria uma das maiores fontes de dinamismo universitário na época, o já referido Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.<sup>2</sup> Porém a vinda de Godinho, de França, para ingressar no quadro dos docentes dessa instituição, sucedeu imediatamente à sua tese de doutoramento de Estado, que veio a ser publicada primeiro em português, com o título *Os descobrimentos e a economia mundial*.<sup>3</sup> Tratava-se, como é bem sabido, de um dos exemplos mais elaborados das orientações da denominada escola dos *Annales*: o estudo da economia do império português era integrado numa visão de história global e total, desafiando visões patrioteiras dos Descobrimentos. De passagem, sublinhe-se que Godinho não só adotava as orientações dos seus colegas franceses, mas também retomava a uma nova luz alguns dos ensinamentos de António Sérgio e de Jaime Cortesão. Porém, a resistência e oposição sem quebras de Godinho à ditadura do medo ficaram bem demonstradas na documentação que publicou, mais recentemente, na

<sup>2</sup> Criado em 1954 para substituir a antiga Escola Colonial, integrado em 1961 na Universidade Técnica de Lisboa, e a partir de 1962 denominado Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

<sup>3</sup> A primeira edição portuguesa é de 1963-1971, a edição portuguesa revista é de 1983-1984 e a edição francesa é de 1966.

introdução à segunda edição de *A expansão Quatrocentista portuguesa* (2008). Um inquérito mais vasto das condições de instabilidade e precariedade em que Godinho trabalhou após ter sido demitido levar-nos-ia a compreender o modo como o mercado editorial funcionou, garantindo condições mínimas de estabilidade financeira para quem tinha sido votado ao desemprego. A universidade, neste caso a de Clermont-Ferrand na longínqua Auvergne, voltou a atrair Godinho, mas só passada cerca de uma década. Se uma conceção da história elaborada no contacto com as ciências sociais fora assumida por Godinho como um combate a travar pela renovação da história dos Descobrimentos e do império, também outros historiadores procuraram a mesma abertura às ciências sociais e às perspetivas interdisciplinares dos *Annales*. Foram os casos de José Gentil da Silva, Joaquim Barradas de Carvalho e Alfredo Margarido. Entre os que permaneceram em Portugal, tendo-lhes sido vedada a entrada na universidade, Joel Serrão e António José Saraiva (este do lado exclusivo da história da literatura) partilharam dos mesmos interesses e tiveram papel de relevo no lançamento de obras de grande difusão editorial.

116

Porém, os historiadores de orientação progressista não foram os únicos a manifestar interesse pelos ventos que corriam de França animados pelos herdeiros e seguidores de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Na verdade, não foram só os historiadores que emigraram – votados ao exílio ou marginais ao sistema, alguns desempregados e, por isso, movidos pela necessidade urgente de angariar uma fonte de subsistência, na sua maioria tomados como novos estrangeirados – que se interessaram pelos *Annales*. Numa época em que a universidade se constituía em principal centro das dinâmicas da produção historiográfica, Virgínia Rau – professora da Faculdade de Letras de Lisboa cujas condições de vida lhe permitiam circular pelos colóquios internacionais, interessada tanto na Idade Média, como na Moderna, apoiada e simultaneamente instigadora do labor de Jorge Borges de Macedo, seu assistente – levou para a academia os ensinamentos da história económica e social francesa. O seu interesse pelas feiras, o sal, ou o estudo do comércio portuário encontrou fonte de inspiração na história francesa. Porque abraçava, então, uma universidade conservadora que só acolhia os que pactuavam com a ditadura do medo as ideias renovadas da historiografia francesa? Se aceitarmos tal atração como um movimento sincero, podemos reconhecer que se tratava, mais uma vez, de gerar consenso em torno de um programa ou de um conjunto de ideias inovadoras. As instituições do regime autoritário, em geral, preferiam ser conotadas com o que existia de moderno, não com o que era tido por arcaico. Porém, há um outro modo de responder à pergunta: para os que se encontravam dentro da universidade portuguesa, tratava-se, pura e simplesmente, de uma apropriação de renovadas formas de fazer a história, sem que tal implicasse uma adesão a qualquer tipo de visão progressista da sociedade; os conservadores, alinhados com as ortodoxias, vinham assim resgatar as ideias ao terreno dos heterodoxos. Não foi, porém, por mero acaso que Borges de Macedo, na sua intenção de criticar as ideias que mal se adaptavam à compreensão das dinâmicas consideradas exclusivas da sociedade portuguesa, acabou por depreciar, já no início da

década de 1970, o papel histórico dos estrangeirados. Ontem como hoje, para ortodoxos e conservadores, a exposição ao exterior parece ser sobretudo um verniz a benefício de inventário e para consumo interno.

Aliás, as visões ideológicas coloniais – que contavam, como um dos seus principais recursos, com a produção historiográfica sobre os Descobrimentos, a Expansão e as sociedades ultramarinas fundadas na plasticidade luso-tropical – temiam as incursões do exterior, protagonizadas por historiadores, cientistas sociais e africanistas estrangeiros. Mais conhecido é, a este respeito, o nome de Charles Boxer, o historiador inglês, especialista nos impérios português e holandês, que se envolveu num debate contra um propalado não-racismo ou propensão dos portugueses para a mestiçagem, no interior de uma mais generalizada capacidade de integração e aculturação. Estão, ainda, por descobrir muitos dos fios desse debate, que só por simplismo pode ser tomado como um confronto entre Gilberto Freyre e o referido Boxer. Porém, mais desconhecidas ainda são as intervenções e as reações dos americanos James Duffy, historiador, Marvin Harris, conhecido antropólogo com trabalho de campo em Moçambique, e do conhecido africanista britânico Basil Davidson (HARRIS 1958, 1959, 1960, 1964; DAVIDSON 1962). Instituições e círculos oficiais também procuraram captar a atenção de autores estrangeiros de inegável prestígio. Por exemplo, o conhecido historiador e filósofo da história Arnold Toynbee proferiu uma conferência no Instituto de Altos Estudos Militares, em 1959 ou 1960, que mereceu o aplauso de Marcelo Caetano. Nessa mesma conferência, o historiador britânico referiu-se ao império português em termos hipotéticos:

117

Suponho que a tradição portuguesa de liberalidade sobre a questão da mistura de raças é uma das causas de notável durabilidade do império colonial português no presente século. O Império português não é só o primeiro dos impérios coloniais da Europa Ocidental; é também aquele que sofreu as primeiras perdas. Estas suas perdas foram pesadas no século dezassete e dezoito; os então crescentes impérios coloniais britânico, francês e holandês foram, em parte, edificados com ex-possessões portuguesas. A partir de 1945, estes três impérios coloniais mais jovens da Europa Ocidental derreteram-se como se fossem "icebergs" impelidos para os mares tropicais. Contrariamente, o remanescente do império português não foi diminuído. Será isto porque, nos territórios ultramarinos portugueses, tem sido feita a interpenetração numa escala bastante grande que permite criar um elo muito sólido de simpatia (TOYNBEE 1960, p. 63-82, *maxime* 79)?

Da interpretação de Toynbee – que lançava a interrogação sobre o problema da mistura racial, associada às potencialidades de integração pela conversão religiosa criadas por portugueses, espanhóis e muçulmanos, tudo temas do luso-tropicalismo de Freyre –, Marcelo Caetano reteve sobretudo uma ideia bem voluntarista, capaz de servir de justificação a uma guerra colonial que se adivinhava iminente. De facto, para o antigo ministro das Colónias, os ensinamentos de Toynbee revelavam que a vitalidade das civilizações se encontrava na sua capacidade de resposta aos desafios que enfrentavam. Estes últimos eram lançados tanto às civilizações, como às

nações, “pelo meio físico, por outras civilizações ou por grupos humanos rivais” (CAETANO 1971, p. 71).<sup>4</sup>

Com efeito, desde os anos 1950, estavam em curso dois grandes debates políticos relativos à história do império colonial português, cuja identidade se encontrava em fase de revisão pelo recurso a expressões como “ultramar”, “além-mar”, “espaço português” ou “províncias ultramarinas”.<sup>5</sup> Afonso Rodrigues Queiró, professor catedrático da Universidade de Coimbra e um dos juristas com responsabilidades na conceção corporativa e ultramarina do Estado Novo, escreveu algumas das páginas mais perversas a este respeito. Nelas, considerou que os processos de anticolonialismo e descolonização, então em curso e tidos como inevitáveis, não se aplicavam a Portugal, dado o carácter excecional da presença ultramarina dos portugueses (QUEIRÓ 1961). Pode, por isso, dizer-se que porventura tão importante como o tema do luso-tropicalismo, nos círculos oficiais, foi a invenção de uma suposta tradição política portuguesa fundada na descentralização e na autonomia, ambas representadas pela força política das elites locais (CAETANO 1970, p. 24).<sup>6</sup> Luso-tropicalismo e descentralização foram, talvez, os dois argumentos principais, as duas teses, de uma ideologia colonial oficial construída desde a década de 1950, com a qual se pretendia escamotear o evidente racismo colonial e desviar as atenções internacionais

<sup>4</sup> Entre as vozes que se ergueram, na época, em defesa da integração e referindo a ausência histórica de “problemas raciais” em Portugal, encontra-se DIAS 1960. Também Orlando Ribeiro falava peremptoriamente do sonho de construir em Angola “uma terra ampla onde todas as raças vivam em paz, na dignidade e no respeito mútuo, baseados na tolerância e na equidade”, e acrescentava em nota que os acontecimentos recentes de 1961 em nada alteravam o seu pensamento RIBEIRO 1962, p. 120.

<sup>5</sup> “As resoluções tomadas pelas Nações Unidas, desde 1945, levaram à formação de alternativas à noção de colónia, a qual implicava um tipo de controlo internacional a que Portugal pretendia escapar” (Cf. SILVA 1961).

<sup>6</sup> “[...] anunciei nos discursos que fiz em África os pontos fundamentais da nossa política: consolidação das sociedades multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda e qualquer discriminação de cor, raça, ou religião; *autonomia progressiva do governo das províncias*, de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios; participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; fomento dos territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob a única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las” (CUNHA 1971, p. 3-4, grifos nosso). “Quem conhece a história do direito público e da administração do ultramar sabe que tem sido preocupação dos Poderes Públicos em todas as épocas acompanhar a evolução das províncias (e procurar ir até à frente dela), adaptando os sistemas políticos e administrativos às realidades do seu meio social para que este possa contar com o apoio de instituições que lhe não tolham o desenvolvimento, antes o incentivem, permitindo que os responsáveis pela administração disponham de instrumentos de direção adequados e facultando às populações maior intervenção na gestão das coisas públicas. Constitui excepção a esta regra um curto período da nossa história, a partir das revoluções do princípio do século passado, em que as doutrinas individualista e liberal nascidas do ideário de 1789 levaram a tentar implantar um regime político-administrativo que, em relação ao ultramar, se caracterizava pela eliminação de todos os particularismos dos sistemas administrativos e das leis nele vigentes, que deveriam ser os mesmos em todo o território nacional. Foi uma experiência curta e desastrosa, logo abandonada quando um contacto mais directo com as realidades mostrou aos responsáveis que os territórios nacionais fora da Europa só podiam governar-se com leis que tivessem em conta a especialidade dos seus meios humano, geográfico e económico. Foi uma verdade que se impôs à brilhante geração de administradores e oficiais de África do século passado, em que avultam nomes como os de António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Eduardo Costa, Paiva Couceiro e Aires de Ornelas [...]” (CUNHA 1971, p. 13). “Esta tradição só se quebrou com a influência das doutrinas liberais (essas, sim, de origem estrangeira e que estranhamente alguns parecem querer pôr de novo em prática!)” (CUNHA 1972, p. 11). “terá v. Ex.<sup>a</sup> também de a todos garantir participação na vida pública, consoante os seus méritos e aptidões. Terá de criar condições que assegurem que as instituições políticas e administrativas (entre as quais assumem posição de especial relevo, como verdadeiras escolas de formação de políticos e de administradores, os órgãos locais de administração autárquica), possam desempenhar, em toda a sua plenitude, as funções que as leis lhes atribuem” (CUNHA 1972). No cumprimento do mesmo programa de invenção de uma tradição, destacam-se, desde a década de 1950, os trabalhos eruditos de António Alberto Banha de Andrade, por exemplo: ANDRADE 1971; bem como o exemplo da edição de REGO 1974. Também o P. António Silva Rego considerava que “o instinto nacional” soubera “sempre conservar as linhas mestras da administração metropolitana”, logo um dos métodos da colonização portuguesa consistia em copiar, “tanto quanto possível, no Ultramar a orgânica municipalista metropolitana” (REGO 1963, p. 25).



das mais diversas formas de trabalho forçado. Não esqueçamos que, a partir da eclosão da guerra em Angola, a defesa de uma política de “concentração de poderes” e, claro está, de militarização do Estado colonial se traduziu em inúmeros projetos destinados a aterrorizar as populações e a exercer sobre elas uma sistemática “ação psicológica” (MOREIRA 1961a). Ao longo da década de 1960, contra a existência da referida tradição política de descentralização, acrescentou-se, ainda, a doutrina relativa à necessidade de um Estado forte, capaz de levar a cabo uma missão civilizadora de desenvolvimento, único tipo de ação que poderia justificar a presença portuguesa em África (NUNES 1965).<sup>7</sup> Este breve inventário de linhas de orientação política não ficaria completo sem uma última referência aos estudos antropológicos e de contacto de culturas, que permitiram dar a conhecer grupos de indígenas, na sua configuração tribal; a constatação do seu baixo nível de civilização, próprio de povos selvagens ou primitivos incapazes de autogoverno, justificava que fossem tutelados, competindo ao Estado colonial assimilar essas mesmas entidades políticas (MOREIRA 1961b).<sup>8</sup>

Se, no seu estudo sobre a discriminação racial, Boxer pusera em causa um dos temas caros ao regime de Salazar, ao dedicar-se ao estudo dos municípios pareceu aproximar-se dele. Claro que o historiador inglês estava bem a par das ricas discussões ocorridas no Brasil acerca do papel das câmaras: funcionavam elas como representação do povo ou, simplesmente, de uma oligarquia egoísta e autoperpetuada? Estariam investidas de autonomia ou não passariam de mera caixa de ressonância de governadores e vice-reis (BOXER 1969, p. 170-171)?<sup>9</sup> De qualquer forma, o modo como os portugueses organizaram as suas instituições, construindo um sistema cruzado de controle no interior da qual haveria espaço para a representação política das elites locais, brancas ou portuguesas, surgiu como uma espécie de modelo posto em prática na Rodésia de Ian Smith, independente desde 1965.<sup>10</sup> Publicada no mesmo ano, a história dos municípios nos trópicos pode ser lida como uma espécie de projeção ou forma de legitimação pelo passado das discussões ocorridas em Angola no início dos anos 1960. Boxer andara por Luanda nesse período, a pesquisar nos arquivos. Mas a sua erudição não deixava de corresponder a preocupações

<sup>7</sup> Está por fazer uma recolha sistemática das doutrinas modernizadoras e dos discursos respeitantes à necessidade do progresso determinado pela ação governativa; a título de exemplo, cf.: CUNHA 1966, 1968.

<sup>8</sup> Como exemplo de estudo monográfico: DIAS 1964 (volume reeditado em 1998, com importante estudo introdutório de Rui M. Pereira).

<sup>9</sup> Está por fazer a história da utilização das câmaras municipais enquanto instrumentos de representação política. Capistrano de Abreu confessou o seu ceticismo a respeito da relevância das mesmas, conforme pode ser documentado numa das suas cartas a Lúcio de Azevedo: Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1917 (RODRIGUES 1954, p. 28). Na mesma linha, pronunciaram-se Caio Prado Júnior (1948, p. 348 e ss.); VIANA 1948, p. 165; FAORO 1991, p. 207-211, 267. Tal ponto de vista tinha antecedentes, por exemplo, nas comparações entre o papel das câmaras nos impérios português e britânico, conforme se pode ver em GRACIAS 1894, p. 124-125. Frente a este ponto de vista, vários foram os historiadores portugueses que, remontando à inspiração de Alexandre Herculano, defenderam o papel crucial das câmaras portuguesas como expressão de uma burguesia empreendedora e de uma representação política, ora democrática ora oligárquica. Cf. CORTESÃO 1971, p. 40-41, a propósito de Macau.

<sup>10</sup> “The first attempt to restore order in Angola – the announcement of impending administrative reforms which would lead to limited autonomy – apparently convinced neither the African opposition nor critics abroad, but it aroused the white settlers in Angola and brought them to support whatever repressive measures the government is presently taking in Angola” (DUFFY 1962, p. 25-26).

políticas contemporâneas, as quais cobriam um espectro que ia dos modelos de descolonização branca às ideias que circulavam no interior dos círculos mais politizados das elites angolanas. Tudo isto tendo no horizonte uma aproximação ancestral a modelos de governo baseados na autorrepresentação e favorecidos pela administração colonial britânica.

O argumento de caráter analítico que procurei desenvolver até aqui parte de uma dupla constatação. Por um lado, desde os anos 1960, a universidade, num movimento generalizado de monopolização da vida intelectual, tendeu a constituir-se em centro da produção historiográfica e dos Descobrimentos em particular. Por outro lado, esse mesmo processo de institucionalização, em parte suscitado por sucessivas políticas comemorativas, longe de ter criado as condições para a elaboração de um saber autónomo, sujeitou a produção historiográfica a agendas ou a conotações de natureza política. Quais os principais temas da historiografia do império politicamente conotada? Como foi sugerido até aqui, qualquer inventário dos temas associados aos diferentes modos de escrever a história dos Descobrimentos e do império deverá começar por atender às publicações documentais e ao trabalho sobre as fontes primárias – tal como se, na positividade dos documentos, pudesse existir um sistema de prova capaz de gerar um reconhecimento natural e consensual. Em segundo lugar, a ciência – a começar pela atenção dada aos temas da náutica e da cartografia e a terminar nos métodos renovados de uma historiografia atenta aos aspetos materiais e às orientações económicas e sociais – constituiu-se numa base de convergência. Sobretudo nos círculos académicos mais afetos ao regime de Salazar, a elaboração de discursos sobre ou com base na ciência permitiu uma ligação ao que era considerado constitutivo de um pensamento moderno. Em terceiro lugar, haverá que considerar a atração e o envolvimento de alguns historiadores e intelectuais estrangeiros, e ainda o modo como contribuíram para a fixação de agendas de investigação. A este respeito, sublinhe-se que a passagem de Toynbee, com todo o seu prestígio, pelo Instituto de Altos Estudos Militares merece ser explorada. Em quarto lugar, há que considerar de forma cruzada os temas da miscigenação e da autonomia, esta última representada por cidades e câmaras capazes de protagonizar uma espécie de tradição política à escala do império português. Em quinto e último lugar, porventura o menos evidente do ponto de vista dos caminhos sinuosos da pesquisa histórica, será reparar no modo como a noção de concentração de poderes – posta ao serviço tanto de políticas militares de aterrorização das populações, como de projetos de modernização económica – foi objeto de uma apropriação renovada nos círculos de historiadores.

O elenco de temas acabado de referir tem valor indicativo e meramente exploratório. Pois, se estamos longe de ter entendido as diferentes componentes de uma ideologia colonial, como poderemos analisar o modo como a investigação histórica – de base académica e protegida por programas lançados pelo Estado – foi condicionada por essa mesma ideologia e pelas respostas que obteve por parte daqueles que se lhe opunham?

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, António Alberto Banha de. O Regimento do fundador de Benguela (1615) e o sentido humano e científico dessa "Conquista". Sep. de **Stvdia**, n.º 33, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971.
- BOXER, Charles. **A Idade do Ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1962].
- CAETANO, Marcelo. **Razões da presença de Portugal no Ultramar**. Lisboa: [s.n.], 1970.
- \_\_\_\_\_. A África e o futuro. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio pouco políticos**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- CORTESÃO, Armando. **Realidades e desvarios africanos**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Esparsos**. Vol. II. [Coimbra]: Por ordem da Universidade, 1975.
- CORTESÃO, Jaime. **O Ultramar português depois da Restauração**. Lisboa: Portugália, 1971.
- CUNHA, J. M. da Silva. Obras públicas condição do progresso. Discurso do Ministro do Ultramar, em 31 de Outubro de 1966, na posse do secretario provincial de Obras Públicas e Comunicações de Moçambique. Sep. do **Boletim Geral do Ultramar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Os deveres dos governadores**: discurso proferido em Lisboa, no dia 20 de Maio de 1968, pelo Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Joaquim M. da Silva Cunha, na cerimónia de posse do novo governador da Guiné, Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- \_\_\_\_\_. Descentralização e autonomia na tradição ultramarina de Portugal. Sep. de **Garcia de Orta**: revista da Junta de Investigações do Ultramar, v. 19, n.ºs 1-4, Lisboa, 1971.
- \_\_\_\_\_. **O progresso de Angola continua**: discurso proferido pelo Ministro do Ultramar... no acto de posse do governador-geral de Angola, Eng. Fernando Augusto Santos e Castro, no salão nobre do Ministério do Ultramar, em 20 de Outubro de 1972. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.
- CURTO, Diogo Ramada. **As múltiplas faces da história**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- DAVIDSON, Basil. The Oldest Alliance Faces a Crisis. MASON, Philip *et al.* **Angola**: a Symposium. Views of a Revolt. London: Institute of Race Relations; Oxford University Press, 1962, p. 132-160.
- DIAS, Jorge. Convívio entre pretos e brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, **Estudos Ultramarinos**, n.º 3 – Problemas políticos, 1960, p. 21-32.

- DIAS, Jorge. **Os Macondes de Moçambique**. Vol. I: aspectos históricos e económicos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964.
- DUFFY, James. **Portugal's African territories**: Present Realities. Occasional Paper, n.º 1. Nova York: Carnegie Endowment for International Peace, 1962.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 1991 [1958].
- GRACIAS, J. A. Ismael. **Decreto de 1 de Dezembro de 1869**: carta orgânica das Instituições administrativas nas Províncias Ultramarinas. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1894.
- HARRIS, Marvin. Portugal's African "Wards". A First-Hand Report on Labor and Education in Moçambique, **Africa Today**, v. 5, 1958.
- \_\_\_\_\_. Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: Cultural and Political Factors, **Africa: Journal of the International African Institute**. v. XXIX, 1, 1959.
- \_\_\_\_\_. Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: A Reply to Sr. Rita-Ferreira, **Africa, Journal of the International African Institute**, v. XXX, 3, 1960.
- \_\_\_\_\_. Raça, conflito e reforma em Moçambique, **Política externa independente**, vol. I, 3, Rio de Janeiro, 1964, p. 8-39.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola**: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Trad. A. Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- MOREIRA, Adriano. **Concentração de Poderes**: discursos proferidos pelo Ministro do Ultramar Prof. Dr. Adriano Moreira, em 31 de Maio e 17 de Junho, nos actos de posse do governador-geral de Moçambique, Contra-Almirante Manuel Maria Sarmiento-Rodrigues e do governador-geral de Angola, General Venâncio Augusto Deslandes. Lisboa: Bertrand, 1961a.
- \_\_\_\_\_. **A unidade política e o estatuto das populações**: conferência proferida pelo subsecretário de Estado da Administração Ultramarina..., na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 18 de Março de 1960, por iniciativa da Associação Académica desta Universidade. Lisboa: Bertrand, 1961b.
- NUNES, Adérito Sedas. Prefácio. In: SOUSA, Alfredo de. **Economia e sociedade em África**. Lisboa: Livraria Moraes, 1965.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. Portugal e a descolonização, Sep. de **Estudos**, v. I, n.º 38, Coimbra, 1961.

- REGO, A. Silva. Annaes do Municipio de Mossamedes, Sep. de **Stvdia**, n.º 38, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.
- REGO, A. Silva. **Princípios e métodos da colonização portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.
- RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e problemas da expansão portuguesa**, n.º 59 – Estudos de Ciências Políticas e Sociais. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.
- RODRIGUES, José Honório (ed.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Vol. II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- SILVA, J. M. da Cunha. O caso português perante as Nações Unidas, Sep. de **Ultramar**, n.º 4, 1961.
- TOYNBEE, A. O Ocidente e o futuro. **Conferências proferidas em 1959-60**: Instituto de Altos Estudos Militares. Vol. 1. Caxias: [s.n.], 1960.
- VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.